

NEOLIBERALISMO: a agenda de dominação do capital

Werbeth Serejo Belo*

A estrutura capital imperialista necessita de uma organização, ou melhor, de uma diretriz que garanta sua hegemonia por longos períodos de modo que a reprodução ampliada do capital seja garantida e a taxa de lucro seja constantemente elevada. A solução encontrada foi o que conhecemos por neoliberalismo, isto é, a desregulação do mercado de forma a reduzir a intervenção estatal na economia, portanto, um rompimento com o Keynesianismo.

Algumas questões podem surgir a partir do que foi exposto no parágrafo acima: a formação de oligopólios se constitui peça chave na engrenagem da dominação imperialista, pois este tipo de formação garante a expansão do capital em níveis mundiais. O neoliberalismo tem como eixo de sustentação a minimização de ações que possam intervir no livre mercado. Como então resolver esse impasse? O neoliberalismo pode coexistir com a forma capital-imperialista do Estado? Se a resposta à questão anterior for positiva, como podem coexistir? O neoliberalismo e o capital-imperialismo são sinônimos? As respostas a essas perguntas são o tema deste artigo. Portanto, tem-se como objetivo neste momento de escrita apresentar as características principais do neoliberalismo e perceber a sua diferenciação em relação ao que foi discutido até aqui.

Se os dicionários de economia forem utilizados, por exemplo, para que se possa entender do que se trata o neoliberalismo, encontrar-se-á sua denominação como uma “doutrina político-econômica que representa uma tentativa de adaptar os princípios do liberalismo econômico às condições do capitalismo moderno” (SANDRONI, 1999, p.421). Portanto, os neoliberais,

Acreditam que a vida econômica é regida por uma ordem natural formada a partir das livres decisões individuais e cuja mola-mestra é o mecanismo dos preços. Entretanto, defendem o *disciplinamento da economia de mercado*, não para asfixiá-la, mas para garantir-lhe sobrevivência, pois, ao contrário dos antigos liberais, não acreditam na autodisciplina espontânea do sistema (SANDRONI, 1999, p.421. *Grifos nossos*).

* Aluno do Programa de Pós Graduação em História, Ensino e Narrativas da Universidade Estadual do Maranhão. Bolsista da Fundação de Amparo à Pesquisa e ao Desenvolvimento Científico e Tecnológico do Maranhão (FAPEMA). Integrante do Núcleo de Pesquisa em História Contemporânea (NUPEHIC), coordenado pela Prof.^a Dr.^a Monica Piccolo Almeida Chaves.

O disciplinamento da economia a que se refere Sandroni (1999) nada mais é que medidas em defesa da acumulação de capital, a favor das grandes corporações econômicas, de modo que o Estado aja tão somente em momentos de déficit econômico ou de redução da taxa de lucro, ou ainda, de mera instabilidade econômica que leve a uma conjuntura de baixa capacidade de manutenção dos altos lucros.

Um momento que pode ser considerado como de instabilidade econômica é justamente o fim da Segunda Guerra Mundial que marca o assolamento de diversas economias. Diversos autores consideram este o momento de elaboração e de inserção da ideologia neoliberal na regulação econômica, sobretudo, como resposta ao modelo Keynesiano que propunha uma intervenção direta do Estado na economia, mesmo que este modelo tenha influenciado até meados da década de 1970.

Logo após a Segunda Guerra Mundial tem-se o primeiro movimento a fim de que discussões fossem realizadas em torno da conjuntura econômica daquele período com o objetivo de que soluções fossem apresentadas àquele cenário. Esta primeira tentativa de (re) ordenamento econômico foi realizada em 1947 na Suíça por Hayek, quando este convidou alguns teóricos que se alinhavam à sua perspectiva para uma reunião. Desta reunião surge o que se convencionou chamar de Sociedade de Mont Pelerin.

Segundo Monica Piccolo (2010) a partir de então são publicadas uma série de obras “que apresentam uma ferrenha oposição ao *Welfare State*, ou seja, à intervenção do Estado que se fazia tanto no campo da política fiscal e financeira quanto no campo social através da expansão do emprego público e da criação de vários ‘aparelhos de consumo coletivo’” (PICCOLO, 2010, p.24).

No entanto, a obra que inaugura o posicionamento contrário ao *Welfare State* foi publicada antes mesmo da Sociedade de Mont Pelerin. Em 1944 Hayek publica a obra *O Caminho da Servidão* que lançaria as bases do neoliberalismo a ser consolidado em meados da década de 1970 em diversas partes do mundo.

Nesta obra o autor aponta características da chamada planificação e da liberdade, opondo-as de forma a sustentar a sua tese de necessidade da individualidade como forma fundamental de reordenamento econômico no pós-II Guerra Mundial. Para Hayek o individualismo tem como característica central “o respeito pelo indivíduo como ser humano, isto é, o reconhecimento da supremacia de suas preferências e opiniões na esfera individual” (HAYEK, 2010, p.40).

Esta forma de se pensar o individualismo dá margem a outra peça fundamental na engrenagem do neoliberalismo: a concorrência. Esta se constitui como mola propulsora

na taxação de preços, segundo a ideologia neoliberal. No entanto, foi visto que desde o século XIX o capital monopolista ganha terreno através de fusões, holdings, trustes e cartéis de modo que a liberdade individual passa a ser uma falácia e não uma lógica argumentativa que dê bases reais à dinâmica do capitalismo recente.

Pelo contrário, o individualismo emerge tão somente como forma de reduzir a intervenção estatal na economia combinando a livre ação dos conglomerados industriais e financeiros à expropriação cada vez maior de trabalhadores assalariados e em regime de semiescavidão, sendo, portanto, o mercado livre derivado da falácia do individualismo (UTZ, 1981).

Outra forma de legitimar o mercado livre utilizada por Hayek é a de que esta forma de organização econômica tem como um de seus sustentáculos a oportunidade com base no individualismo.

A transformação de um sistema hierárquico organizado em moldes rígidos num sistema em que os homens podiam pelo menos tentar dirigir a própria vida, tendo a oportunidade de conhecer e escolher diferentes formas de existência, está intimamente ligada ao desenvolvimento do comércio (HAYEK, 2010, p.42).

Quando Hayek se refere a “um sistema hierárquico organizado em moldes rígidos” este está se referindo ao modelo de organização estatal socialista tendo como base argumentativa a consolidação dos Estados totalitários a partir de uma organização socialista do Estado, como forma de sustentar a tese de que o único desdobramento possível de um Estado socialista e planejado seriam as ditaduras.

Isto é, o caminho da servidão que o autor se refere está diretamente relacionado ao socialismo e a planificação econômica, tendo como única forma de resolução para esta servidão, a ampliação cada vez maior da liberdade do indivíduo, sobretudo na esfera econômico-social, sendo o “órgão central de planejamento” substituído por empresários que tem como objetivo central o lucro, sendo a propriedade privada dos meios de produção garantida como forma de garantir também a reprodução ampliada de capital.

Ainda, nesta linha de raciocínio – isto é, do pleno emprego a partir das liberdades individuais – que a ideologia neoliberal defende a não intervenção estatal direta na economia através das privatizações de órgãos públicos apresentando como justificativa, a incapacidade do Estado de gerir em sua totalidade as dimensões econômicas, atribuindo a este a culpa do sucateamento da economia, sobretudo em épocas de crises cíclicas em que a margem de lucro decai aceleradamente, isto é, “a coordenação não

pode, é claro, ser efetuada por ‘controle consciente’, mas apenas por meio de uma estrutura que proporcione a cada agente as informações de que precisa para um ajuste efetivo de suas decisões às dos demais” (HAYEK, 2010, p.69).

As privatizações se tornaram carro-chefe da ideologia neoliberal, pois garantem a liberdade de atuação do empresariado com uma legislação branda. Além disso, garante um processo de contratação da força de trabalho com mais liberdade suplantando a liberdade dos trabalhadores e a substituindo pela necessidade de emprego mesmo com baixas remunerações que não perpassam por uma regulamentação eficaz. Portanto, a liberdade reivindicada pelo neoliberalismo nada mais é que a liberdade de atuação dos oligopólios consolidados garantindo ampla atuação do capital multinacional e associado em território nacional.

Neste sentido a teoria da dependência é fundamental, pois garante a abertura da economia sob o argumento de que o desenvolvimento desigual e combinado é necessário à lógica de crescimento econômico de determinados países que ainda se situam na periferia econômica do Capital imperialismo, sendo que o “Estado não faz parte do quadro de uma economia de mercado individualizada ou, quando muito, somente em dependência da economia privada” (UTZ, 1981, p.12). Logo,

Todo processo depende da manutenção da economia aberta, para garantir o controle da inflação e da fuga de capitais. A manutenção a economia aberta exige, por sua vez, a existência de uma “moeda forte”, para garantir as importações e para impedir ataques especulativos contra sua moeda, ainda frágil (GOLDSTAIN *Apud* MARTINS. VALENCIA, 2001, p. 122).

A abertura da economia possibilita a ampliação da concorrência tão ensejada pela lógica neoliberal, de modo que, segundo esta ideologia, possibilita uma forma mais eficaz de organização econômica com base nas oportunidades. No entanto, se for observada a conjuntura econômica atual, nem mesmo os empresários em sua totalidade podem ser oportunizados com base na ideologia neoliberal, haja vista que o Capital Imperialismo oportuniza as ações da fração oligopolística do capital, sendo os pequenos empresários engolidos pelo capital multinacional e associado.

No que diz respeito à concorrência, Hayek defende que a doutrina neoliberal,

[...] é a favor do emprego mais efetivo da concorrência como um meio de coordenar os esforços humanos, e não de deixar as coisas como estão. Baseia-se na convicção de que, onde exista a concorrência

efetiva, ela sempre se revelará a melhor maneira de orientar os esforços individuais (HAYEK, 2010, p.58).

Esta seria, então, a melhor forma de fugir do autoritarismo estatal questionado por Hayek. No entanto, o Estado ainda assim teria função neste espaço de mercado livre no que tange à organização legislativa, o que o autor chama de “sistema legal apropriado, estruturado de modo a manter a concorrência e a permitir que ela produza os resultados mais benéficos possíveis” (HAYEK, 2010, p.59).

Nesta tese de redução da atuação estatal e ampliação das liberdades individuais e da livre concorrência qual seria o papel do governo? O governo seria peça de regulação e manutenção das liberdades individuais de modo que este regule as diversas relações econômicas unicamente com o objetivo de manutenção das propriedades individuais e das “oportunidades” dos indivíduos, isto ocorreria, portanto, no chamado estado de direito, assim, o Estado,

Deve limitar-se a estabelecer normas aplicáveis a situações gerais deixando os indivíduos livres em tudo que depende das circunstâncias de tempo e lugar, porque só os indivíduos poderão conhecer plenamente as circunstâncias relativas a cada caso e a elas adaptar suas ações (HAYEK, 2010, p.91).

Nesta conjuntura, segundo a ideologia neoliberal elaborada por Hayek, a desigualdade econômica é inevitável e deve atingir alguns indivíduos de modo que é até necessária para a manutenção da engrenagem Capital Imperialista. No entanto, não haveria, segundo esta ideologia, um objetivo econômico nesta relação indivíduo e Estado neoliberal, mas o objetivo seria a garantia do bem estar deste indivíduo no que diz respeito à sua liberdade individual que ultrapassa os limites das relações econômicas estabelecidas, o interesse econômico seria apenas “o desejo de oportunidades” (HAYEK, 2010, p.102).

Uma das formas mais eficazes de garantir a liberdade individual seria, para Hayek, o dinheiro, pois este garante a possibilidade de escolhas desde os mais pobres aos mais ricos, assim, se constituindo como indispensável à liberdade. Mas não seria uma contradição na elaboração desta ideologia, haja vista que a desigualdade econômica é uma das bases da reprodução ampliada de capital?

Além disso, o alto índice de desemprego gestado a partir do processo de privatização de empresas e o congelamento dos salários a partir da não intervenção

econômica do Estado reduz o número de moeda em circulação e, portanto, as oportunidades tão defendidas pela ideologia neoliberal, causando assim uma estagnação econômica, sobretudo porque o consumo seria reduzido a grande parte do contingente de trabalhadores.

Neste cenário, portanto, “a busca do lucro constitui o princípio moral decisivo porque é apresentado como o único motivo que realiza o interesse geral” (UTZ, 1981, 30), isto é, o interesse geral apresentado por Utz, na verdade, é o interesse da classe dirigente, interesse este subjetivado de diversas formas e representado como necessidade do bem estar humano, pois só assim as oportunidades serão garantidas.

Foi dissertado, portanto, até aqui, os fundamentos teóricos do neoliberalismo que foram elaborados durante a Segunda Guerra Mundial, esse momento se constitui como primeira etapa da trajetória do pensamento neoliberal, que segundo Vera Spínola (2004) se divide em três etapas: a) a clandestinidade – anos 40; b) as ideias começam a ganhar espaço acadêmico – anos 60 e; c) a passagem do campo teórico para a política – a partir dos anos 70 (SPÍNOLA, 2004, p. 104).

Após a elaboração teórica de Hayek outros autores foram fundamentais para a consolidação da política neoliberal, no entanto consideramos fundamental a análise dos escritos de Milton Friedman como vanguarda da ideologia neoliberal, pois se acredita – assim como Ribeiro (2013) - que entre 1969 e 1970 a política monetária seguiu os preceitos de Friedman e que, portanto, este teórico se situa como fundamental para a compreensão da terceira etapa da trajetória do pensamento neoliberal.

Começa-se, então, pelo papel do governo analisado por Friedman (2014). Segundo este teórico o governo é fundamental na garantia das liberdades individuais e só através dele exercemos nossa liberdade, funcionando o governo como um mediador entre o Estado e os cidadãos, no entanto, “ao concentrar o poder nas mãos dos políticos, o governo também é uma ameaça à liberdade” (FRIEDMAN, 2014, p.03). Como então garantir a nossa liberdade mesmo com a ameaça que emerge do governo através da atribuição de poderes aos políticos?

Segundo Friedman, através da limitação do poder governamental por meio da elaboração de leis e dispersando o poder governamental de forma que este não centralize cada vez mais as funções e fiscalizações.

Através desta rápida constatação Friedman apresenta o tema da obra *Capitalismo e liberdade*, sendo este, portanto, a análise do “papel do capitalismo competitivo como

sistema de liberdade econômica e como requisito da liberdade política” (FRIEDMAN, 2014, p. 04).

Friedman apresenta uma discussão mais objetiva e sucinta que seu precursor Hayek, no entanto, a apresenta, de modo que não dissocia os âmbitos político, econômico e social, como forma de sustentar que “há uma ligação estreita entre economia e política, que apenas certas combinações de organização política e de organização econômica são possíveis, e, em especial, que uma sociedade socialista não pode ser democrática, no sentido de garantir a liberdade individual” (FRIEDMAN, 2014, p.10).

É perceptível, através do trecho em destaque, que o autor se alinha à perspectiva de Estado de Hayek, pois critica a possibilidade de uma sociedade socialista democrática e que, por conseguinte, a planificação econômica centraliza e estagna a economia, não contribuindo, então, para o crescimento econômico. No entanto, este se diferencia do seu precursor quando atribui uma significativa importância à liberdade econômica, isto é, a liberdade total dos indivíduos só pode ser alcançada a partir da liberdade no âmbito das relações econômicas.

Neste cenário de liberdade econômica fundamental, a divisão do trabalho, as empresas e o dinheiro são considerados por Friedman como peça fundamental de movimentação da engrenagem do mercado livre, as trocas são garantidas e a ampliação dos lucros se torna constante de modo que a circulação de capital não se inviabiliza. Além dos aspectos anteriormente mencionados Friedman se aproxima da interpretação de Hayek no que tange aos monopólios, pois estes seriam obstáculos à liberdade efetiva.

No entanto, já pode ser percebido que a ideologia neoliberal uma vez já consolidada e adaptada a uma série de conjunturas díspares, a coexistência entre oligopólios e ideário neoliberal é perfeitamente compreensível de modo que o grande mal a ser combatido seria a centralização do poder estatal, evitando todas as interferências possíveis que este poderia ter sobre a vida econômica.

O aspecto central da organização de mercado da atividade econômica é evitar interferências mútuas em relação à maioria das atividades. O consumidor é protegido contra coerções dos vendedores pela existência de outros vendedores dos quais comprar. O vendedor é protegido contra coerções dos consumidores pela existência de outros consumidores aos quais vender. *O empregado é protegido contra a coerção dos empregadores pela existência de outros empregadores para os quais trabalhar* (FRIEDMAN, 2014, pp.16-17. *Grifos nossos*).

Essa é a ideia de concorrência do autor. No trecho em destaque pode-se perceber que há uma lógica tida como quase natural no âmbito concorrencial, de modo que este inverte a lógica interpretativa, isto é, o que o autor caracteriza como liberdade e proteção do indivíduo nas diversas relações estabelecidas, nada mais é que a manutenção da desigualdade social como forma de sustentação do ideário neoliberal.

Isto é, a liberdade que o empregado tem, apontada pelo autor, é inexistente, sobretudo por conta do chamado exército industrial de reserva que tem por base a manutenção de uma faixa enorme de desempregados prontos a concorrerem com seus semelhantes em busca de emprego, portanto, muitos se mantêm em condições de trabalho precárias como forma de mantê-lo pela necessidade de garantir o básico para seu sustento.

É visível, então, que mesmo a desigualdade social para Friedman é fundamental neste processo, no entanto, como forma de mascarar o termo desigualdade social o que se tem é uma fórmula de igualdade social com base na competência, isto é, a igualdade social em Friedman tem como base “a existência das mesmas condições iniciais para todos”, apresentando, “resultados distintos e até mesmo necessários para a própria dinâmica da sociedade capitalista” (SPÍNOLA, 2004, p. 106).

Portanto, as regulações – a princípio – são feitas pelo mercado, as regulações que este porventura não dê conta, passa a ser responsabilidade do governo, sendo, então, o papel deste “fazer algo que o mercado em si não é capaz de realizar, ou seja, determinar, arbitrar e aplicar as regras do jogo” (FRIEDMAN, 2014, p.31).

Em resumo, Friedman denota que:

É desejável que usemos o governo para fornecer arcabouço monetário estável a uma economia livre – como parte da função de garantir estrutura legal estável. Também é almejavável que confiemos no governo para oferecer alicerces jurídicos e econômicos que possibilitem aos indivíduos promover o crescimento da economia, se essa aspiração for compatível com seus valores (FRIEDMAN, 2014, p.43).

Neste sentido a atuação governamental se limitaria à regulação das políticas monetária e orçamentária. Assim, o governo não teria poder decisório centralizado e as relações econômicas seriam mais fluidas de forma a possibilitar a atuação de capital multinacional e associado em território nacional com o objetivo de alcançar altos índices de crescimento econômico e, por conseguinte, a ampliação da margem lucro no processo de reprodução ampliada do capital, garantindo a liberdade de atuação dos

grupos econômicos. Assim, a norma monetária mais eficaz seria, portanto, “um sistema de livre flutuação das taxas de câmbio, determinadas pelo mercado, em transações privadas, sem intervenção governamental” (FRIEDMAN, 2014, p.70).

Assim, Friedman determina medidas para um verdadeiro mercado livre: a) o não comprometimento em comprar ou vender ouro a preço determinado; b) não haver restrições ao preço de compra e venda de ouro através da revogação da legislação vigente; c) revogação da legislação que obriga o Federal Reserve System “a manter certificados de ouro em valor correspondente a 25% de seus passivos”; d) descartar todos os estoques de ouro e restabelecer o mercado livre e; e) o não estabelecimento de taxas de câmbio entre o dólar e outras moedas (FRIEDMAN, 2014).

Nota-se, então, que há uma necessidade de afrouxamento constante da política monetária de acordo com Friedman, de modo que “deve-se dirigir cientificamente a evolução da massa de dinheiro em circulação para obter o desenvolvimento e a estabilidade econômica: a inflação e outros fenômenos teriam raízes puramente monetária” (SPÍNOLA, 2004, p.110). A forma mais eficaz de combate à inflação, segundo esta perspectiva, seria, então, a redução dos gastos públicos o que tem como ponto fulcral de reestruturação dos gastos, o congelamento de salários.

No entanto, segundo Ribeiro (2013), para Friedman em curto prazo “elevações no nível geral de preços, ou seja, eventos inflacionários podem resultar em elevações da produção agregada” e em prazo mais longo “os eventos inflacionários não exercem influência sobre o nível de produção” (RIBEIRO, 2013, p.70).

Um último aspecto merece destaque e análise neste capítulo: a relação entre Capital Imperialismo, capital monopolista e neoliberalismo de forma que se possa perceber os meandros do capitalismo contemporâneo e a relação existente entre estas atribuições teóricas.

Discorreu-se, anteriormente, que os monopólios são considerados obstáculos ao livre mercado tão almejado pelo ideário neoliberal desde a origem deste pensamento na obra de Hayek. Friedman desenvolve um capítulo específico sobre os monopólios de modo que acredita que “configura-se monopólio quando determinado indivíduo ou empresa exerce controle suficiente sobre certo produto ou serviço a ponto de impor significativamente as condições de acesso ao item” (FRIEDMAN, 2014, p.124).

Apresentou-se que a estrutura capitalista recente tem como condutora das relações capitalistas a classe dirigente financeira e que esta classe se organiza em forma de oligopólios financeiros que alimentam a reprodução ampliada de capital de forma

constante e ascendente. Portanto, alguns grupos financeiros monopolizam parte do mercado inibindo a ação de grupos financeiros menores e, por conseguinte, inibem a tão desejada liberdade de mercado.

No entanto, é interessante a percepção de que este conglomerado de financeiras atua de forma a subsidiar empresas privadas tanto de conglomerados oligopolísticos industriais, quanto de frações menores de capitalistas industriais, possibilitando, portanto a atuação dos diversos grupos e indivíduos no âmbito do capital industrial.

Essa engrenagem, que tem como óleo lubrificante a atuação do conglomerado de financeiras, expande as relações econômicas dos diversos setores capitalistas de modo que a engrenagem permanece em movimento constante ampliando, sobretudo, a margem de lucro, sobretudo do capital privado, haja vista que o ideário neoliberal reduz, em cada ciclo de expansão do capital, a atuação do capital estatal. Segundo Dúmenil e Lévy (2014), em análise do neoliberalismo nos estados Unidos,

A abertura das fronteiras do comércio e do capital inaugurou o caminho para grandes investimentos nas regiões do globo onde as condições sociais prevalentes permitiam altas taxas de retorno, gerando fluxos de capital na direção das classes altas dos Estados Unidos (e de grupos maiores que, até certo ponto, conseguem se beneficiar das rendas de capital). O livre comércio aumentou a pressão sobre os trabalhadores, efeito da competição dos países onde os custos da mão de obra são mais baixos. O endividamento crescente das famílias e do governo também gerou grandes fluxos de renda do capital (DÚMENIL. LÉVY, 2014, p.18).

Com base na análise anterior, fica nítida a possibilidade de coexistência entre o ideário neoliberal como prática de organização do mercado e a estrutura das relações econômicas da forma capital Imperialista da atualidade. Quais seriam então as dificuldades em torno dessa possibilidade de coexistência, segundo Friedman?

Sua análise perpassa por três tipos de monopólio: a) monopólio na indústria; b) monopólio no trabalho e; c) monopólios governamentais e apoiados pelo governo (FRIEDMAN, 2014). Pode-se, de imediato, perceber que os monopólios detectados e criticados pelo autor não perpassam pela lógica anteriormente citada de coexistência entre capital oligopolístico e neoliberalismo. Este se preocupa com relações que podem embargar a lógica de mercado, mas não critica a atuação dos conglomerados de financeiras, acreditando que estes são até mesmo fundamentais à lógica de reprodução do capital.

Dos três tipos de monopólio citados, a maior preocupação do autor se localiza nos dois últimos, isto é, monopólio no trabalho e monopólios governamentais ou apoiados pelo governo. O foco nestas duas formas de monopólio se justifica pelo caráter de representação de classe e pela possibilidade de ascensão de uma classe que não a burguesa. Por exemplo, Friedman considera que,

Os sindicatos, portanto, não só prejudicam o público em geral e os trabalhadores como um todo, distorcendo a distribuição do trabalho, mas também tornaram a renda da classe trabalhadora mais desigual, ao reduzirem as oportunidades disponíveis para os trabalhadores em condições desvantajosas (FRIEDMAN, 2014, p. 128).

É notável, portanto, que há um interesse político por trás da análise feita por Friedman, isto é, um interesse de classe em defesa da classe burguesa contra a massa de trabalhadores, haja vista que - mesmo com seus percalços - os sindicatos não deixam de ser um órgão de representação da classe trabalhadora que é criticado pelo autor e apontado como obstáculo ao desenvolvimento econômico.

No que tange aos monopólios governamentais ou apoiados pelo governo, acredita-se que seja óbvio que o combate a este tipo de monopólio se justifica pela defesa da minimização da atuação do governo de acordo com a concepção neoliberal de Estado defendida por Friedman e Hayek.

Dúmenil e Lévy (2014) apresentam o neoliberalismo como uma segunda hegemonia financeira - e que, portanto, coexiste com a forma Capital Imperialista de Estado - destacando as seguintes características: a) existência de uma “governança corporativa”; b) uma volta à economia de mercado; c) desregulamentação em todos os campos econômicos, “particularmente o dos mecanismos financeiros” (DÚMENIL, LÉVY, 2014, p.27).

Esta hegemonia financeira sustentada pelos autores é considerada neste trabalho como o elo entre a forma Capital Imperialista e a agenda de dominação do capital traçada pelo ideário neoliberal de modo que a fração financeira hegemônica na estrutura Capital Imperialista é constantemente beneficiada pela agenda neoliberal que preza pela desregulamentação monetária e fiscal, creditando ao Estado o papel de somente a) fornecer uma estrutura jurídica; b) proteger as liberdades individuais e a propriedade privada; c) garantir a execução de contratos livremente estabelecidos e; d) fornecer uma estrutura monetária (RICHTER, 2009).

Foi analisado, então, que na forma atual do Estado capitalista os trabalhadores tem um espaço de atuação reduzido e que o objetivo principal do ideário neoliberal não é o bem estar comum, tampouco garantir as liberdades individuais, mas, sim, garantir a expansão constante da reprodução ampliada de capital.

Segundo René Passet (2002) a única forma de amenizar este cenário seria,

Permitir o acesso dos trabalhadores aos conselhos de administração em posição de igualdade com os representantes do capital – independentemente de qualquer forma de participação acionária, simplesmente em sua qualidade de trabalhadores e representantes de uma das forças vivas da empresa (PASSET, 2002, p.260).

Este trabalho, portanto, discute a forma atual do Estado capitalista a fim de que se possa perceber sua dinâmica e sua relação com as demais esferas da sociedade, isto é, com a política, com a educação, com a saúde entre outras questões.

Além disso, é fundamental para que se possa perceber a dinâmica Capital Imperialista em diálogo constante com o neoliberalismo, a busca exacerbada pelo desenvolvimento que culmina na perpetuação da exploração de trabalhadores com base na reprodução de mais valor constante e absoluto.

Só compreendendo a dinâmica do capital que pode ser pensada uma solução de superação do modo de produção capitalista e instauração de uma sociedade socialista que, ao contrário do que Hayek chama de “Caminho da servidão”, acreditamos ser o “caminho da libertação”, libertação dos trabalhadores da expropriação capitalista.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

DUMÉNIL, Gérard. LÉVY, Dominique. **A crise do neoliberalismo**. São Paulo: Boitempo, 2014.

FONTES, Virgínia. **O Brasil e o capital imperialismo: teoria e história**. Rio de Janeiro: EPSJV/Editora UFRJ, 2010.

FRIEDMAN, Milton. **Capitalismo e liberdade**. Rio de Janeiro: LTC, 2014.

HAYEK, F.A. **O Caminho da servidão**. 6ª ed. São Paulo: Instituto Ludwig Von Mises, 2010.

MARTINS, Carlos Eduardo. Valencia, Adrián Sotelo. Teoria da dependência, neoliberalismo e desenvolvimento: reflexões para os 30 anos da teoria. **Lutas Sociais**. São Paulo, N. 7, 2001.

- PASSET, René. **A ilusão neoliberal**. Rio de Janeiro: Record, 2002.
- PICCOLO, Monica. **Reformas neoliberais no Brasil: a privatização nos governos Fernando Collor e Fernando Henrique Cardoso**. Niterói: Tese de doutorado, 2010.
- RIBEIRO, Fernando. Friedman, monetarismo e Keynesianismo: um itinerário pela história do pensamento econômico em meados do século XX. **Revista de Economia Mackenzie**, V. 11, Nº 1, São Paulo, JAN/ABR, 2013.
- RICHTER, Fábio Andreas. Neoliberalismo e Estado: o choque de final de milênio. **Revista Percursos**. V. 10, Nº 01, Florianópolis, Jan/Jun, 2009.
- SANDRONI, Paulo. **Novíssimo dicionário de economia**. São Paulo: Círculo do livro, 1999.
- SPÍNOLA, Vera. Neoliberalismo: considerações acerca da origem e história de um pensamento único. **Revista de desenvolvimento econômico**. Salvador, ano VI, nº 09, 2004.
- UTZ, Arthur. **Entre o neoliberalismo e o neomarxismo: uma filosofia de caminhos alternativos**. São Paulo: EPU: Ed. Da Universidade de São Paulo, 1981.